

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

**ANEXO II.E – APOIO TÉCNICO, AUDITOR INDEPENDENTE, CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO
E VERIFICADOR INDEPENDENTE**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

ÍNDICE

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	3
2. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA PERANTE O AUDITOR INDEPENDENTE, O VERIFICADOR INDEPENDENTE, A CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO E O APOIO TÉCNICO	5
3. ATRIBUIÇÕES, ATUAÇÃO E OBRIGAÇÕES DO AUDITOR INDEPENDENTE	7
4. ATRIBUIÇÕES, ATUAÇÃO E OBRIGAÇÕES DO VERIFICADOR INDEPENDENTE	13
5. ATRIBUIÇÕES, ATUAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO	16
6. ATRIBUIÇÕES, ATUAÇÃO E OBRIGAÇÕES DO APOIO TÉCNICO	21
7. DISPOSIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE, DO VERIFICADOR INDEPENDENTE, DA CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO E DO APOIO TÉCNICO.	23
8. REQUISITOS MÍNIMOS PARA CONTRATAÇÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE, DA CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, DO VERIFICADOR INDEPENDENTE E DO APOIO TÉCNICO	31

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 1.1 O presente ANEXO estabelece os procedimentos referentes à contratação do APOIO TÉCNICO, do AUDITOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do VERIFICADOR INDEPENDENTE, assim como complementa a disciplina do CONTRATO sobre as atribuições, obrigações e prerrogativas aplicáveis a eles.
- 1.1.1 Os termos definidos utilizados neste ANEXO terão o mesmo significado a eles atribuídos no CONTRATO, quando ali definidos.
- 1.2 O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA contarão com o auxílio de 4 (quatro) agentes, cujas atividades e competências serão delimitadas nesse anexo:
- 1.2.1 O **APOIO TÉCNICO** (i) atuará como agente técnico e tecnológico para apoio à ação de monitoramento e fiscalização do PODER CONCEDENTE; e (ii) subsidiará o PODER CONCEDENTE, por meio da emissão de laudos e relatórios técnicos, no acompanhamento do cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA, incluindo as atividades de elaboração e execução de projetos, estudos, obras, sistemas e outras atividades;
- 1.2.2 O **AUDITOR INDEPENDENTE** atuará, sem prejuízo das competências do PODER CONCEDENTE, como agente técnico e tecnológico responsável pela APROVAÇÃO do cumprimento do CONTRATO, equidistante em relação às PARTES, atuando especialmente no processo de TRANSIÇÃO OPERACIONAL, de transferência da INFRAESTRUTURA EXISTENTE à CONCESSIONÁRIA, no acompanhamento da implantação dos EMPREENDIMENTOS SISTEMA E MATERIAL RODANTE, de APROVAÇÃO dos EVENTOS DE PAGAMENTO referentes a EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE, bem como a avaliação de conformidade com os requisitos ambientais e sociais previsto no CONTRATO e no ANEXO IV;
- 1.2.3 A **CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO** atuará, sem prejuízo das competências do PODER CONCEDENTE, na CERTIFICAÇÃO de PROJETOS BÁSICOS e PROJETOS EXECUTIVOS, no acompanhamento da implantação dos EMPREENDIMENTOS OBRA e CERTIFICAÇÃO dos EVENTOS DE PAGAMENTO referentes a EMPREENDIMENTOS OBRA; e
- 1.2.4 O **VERIFICADOR INDEPENDENTE** atuará, sem prejuízo das competências do PODER CONCEDENTE, como avaliador independente do atingimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 1.3 O prazo para execução das atividades atribuídas aos agentes, será aquele estabelecido no CONTRATO ou nos ANEXOS.
- 1.3.1 Não havendo previsão contratual, o prazo será de 30 (dias) para execução da atividade por parte do agente competente e de 15 (quinze) dias para não objeção ou manifestação do PODER CONCEDENTE, conforme o caso.
- 1.3.2 Na ausência de previsão contratual e em casos de comprovada urgência, o PODER CONCEDENTE poderá demandar a execução de atividades em 10 (dez) dias.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 2. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA PERANTE O AUDITOR INDEPENDENTE, O VERIFICADOR INDEPENDENTE, A CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO E O APOIO TÉCNICO**
- 2.1 A CONCESSIONÁRIA concederá acesso irrestrito ao AUDITOR INDEPENDENTE, ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e ao APOIO TÉCNICO, quando no exercício das funções que lhe são atribuídas no CONTRATO e neste ANEXO, por meio físico ou através de sistema informatizado em ambiente web, a qualquer tempo, às áreas, instalações e locais da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, INFRAESTRUTURA INCORPORADA, INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA e da ÁREA DA CONCESSÃO, bem como aos livros, anotações, notas de reunião e de trabalho, documentos produzidos por auditor interno e externo, banco de dados, sistemas informatizados de monitoramento e gestão em tempo real, registros e documentos relacionados às atividades e serviços abrangidos pela CONCESSÃO, incluindo estatísticas e registros administrativos e contábeis, e prestará sobre esses, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados.
- 2.1.1 Sob qualquer circunstância, deverão ser observados os procedimentos de segurança de acesso à via e demais dependências da CONCESSIONÁRIA no acesso a ser concedido nos termos do item 2.1 deste ANEXO.
- 2.1.2 A concessionária deverá cumprir com a Lei Federal Nº 13.460/2017, com Lei Federal Nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.
- 2.1.3 Toda documentação será disponibilizada pela CONCESSIONÁRIA por meio de software que não demande nenhum custo ou obtenção de licença adicional pelo PODER CONCEDENTE e pelos demais AGENTES.
- 2.2 A remuneração do AUDITOR INDEPENDENTE, do VERIFICADOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do APOIO TÉCNICO será paga diretamente pela CONCESSIONÁRIA.
- 2.3 Deverá constar, expressamente, dos contratos a serem firmados entre a CONCESSIONÁRIA e o AUDITOR INDEPENDENTE, entre a CONCESSIONÁRIA e o VERIFICADOR INDEPENDENTE, entre a CONCESSIONÁRIA e a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e entre CONCESSIONÁRIA e o APOIO TÉCNICO, que eventuais discordâncias quanto ao conteúdo do seu trabalho não ensejarão a aplicação de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

quaisquer penalidades, atrasos ou descontos sobre sua remuneração.

- 2.3.1 O disposto no item 2.3 não afasta o dever da CONCESSIONÁRIA de prever, nos contratos com o AUDITOR INDEPENDENTE, com o VERIFICADOR INDEPENDENTE, com a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e com o APOIO TÉCNICO, penalidades para a hipótese de descumprimento de prazos estabelecidos para a execução dos trabalhos para os quais foram contratados, nos termos do CONTRATO e de seus ANEXOS.
- 2.4 As atividades do AUDITOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do VERIFICADOR INDEPENDENTE devem ser exercidas de modo equidistante das PARTES, devendo a entrega de pareceres, laudos técnicos e análises se dar diretamente e ao mesmo tempo a ambas as PARTES, não podendo ser exigida prévia ciência ou aprovação de seu conteúdo pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, observado o disposto no item **Error! Reference source not found.** deste ANEXO.
- 2.4.1 Deverá ser assegurada às PARTES ampla transparência aos pareceres e laudos emitidos pelo AUDITOR INDEPENDENTE, pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.
- 2.5 A CONCESSIONÁRIA não será obrigada a ceder espaço em suas dependências com infraestrutura (mobiliário, acesso à internet, energia, etc.) para a acomodação das equipes do AUDITOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, do VERIFICADOR INDEPENDENTE e do APOIO TÉCNICO, nem a fornecer qualquer tipo de EPI ou instrumentos/equipamentos necessários para a realização das atividades do AUDITOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, do VERIFICADOR INDEPENDENTE e do APOIO TÉCNICO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

3. ATRIBUIÇÕES, ATUAÇÃO E OBRIGAÇÕES DO AUDITOR INDEPENDENTE

- 3.1 Sem prejuízo de outras atividades que lhe sejam atribuídas no CONTRATO e nos demais ANEXOS, compete ao AUDITOR INDEPENDENTE desempenhar as seguintes atribuições:
- 3.1.1 Analisar e emitir a APROVAÇÃO dos PLANOS, nos termos da Cláusula 7.2 do CONTRATO.
 - 3.1.2 Avaliar a necessidade de prorrogação da FASE PRÉ-OPERACIONAL, por iniciativa própria ou após solicitação do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA, conforme Cláusula 9 do CONTRATO;
 - 3.1.3 Realizar a conferência das condições de recebimento da INFRAESTRUTURA EXISTENTE e produzir o RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO, mediante execução dos ensaios técnicos e procedimentos descritos no ANEXO III.F;
 - 3.1.4 Emitir a APROVAÇÃO de cumprimento das obrigações da FASE PRÉ-OPERACIONAL, para fins de início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL, após solicitação da CONCESSIONÁRIA;
 - 3.1.5 Avaliar a documentação técnica submetida pela concessionária e emitir APROVAÇÃO do cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA do período da ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA.
 - 3.1.6 Atuar no processo de acompanhamento da execução e APROVAÇÃO da conclusão da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA, especificamente no que tange aos EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE, realizando, em especial, as seguintes atividades, dentre outras previstas no CONTRATO e nos seus demais ANEXOS, especialmente nos ANEXOS II.G e X:
 - 3.1.6.1 Aferir o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das etapas de execução dos EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE, frente às especificações técnicas constantes do CONTRATO e de seus ANEXOS, às normas nacionais e internacionais, assim como das técnicas e métodos aplicáveis, e, por meio de relatórios técnicos: (a) atestar a conformidade dos EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE e emitir correspondente APROVAÇÃO, levando-se em conta eventuais apontamentos feitos pelas PARTES; ou (b) em caso de não conformidade, descrever as inconformidades e as alternativas não vinculantes para saneamento, devendo ainda avaliar as medidas corretivas implementadas;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 3.1.6.2 Acompanhar o andamento dos EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE, indicar eventuais correções a serem feitas pela CONCESSIONÁRIA e emitir laudos técnicos de APROVAÇÃO, bem como laudos intermediários, quando solicitados pelo PODER CONCEDENTE ou na entrega preliminar de equipamentos, apontando eventuais passivos e/ou não conformidades, bem como sugerindo, conforme o caso, as recomendações de providências que seriam necessárias ao seu saneamento; e
- 3.1.6.3 Avaliar o cumprimento dos EVENTOS DE PAGAMENTO, quando referentes a EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE, necessários ao pagamento do APORTE e analisar os documentos de medição, na proporção das etapas efetivamente executadas, enviados pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.1.7 Nos casos de identificação de passivos e/ou não conformidades, as alternativas e recomendações de propostas de saneamento pelo AUDITOR INDEPENDENTE não serão de observância obrigatória pela CONCESSIONÁRIA, a quem incumbirá a prerrogativa de eleger a forma que reputar mais eficiente para superar as não conformidades apontadas.
 - 3.1.7.1 Os relatórios e laudos técnicos emitidos com a finalidade de atestar a conclusão parcial ou a conclusão plena e EVENTO DE PAGAMENTO, inclusive para fins de atestação de conclusão de PACOTES DE INVESTIMENTOS, deverão também atestar, pelo responsável técnico, que a não conformidade observada não compromete a segurança da operação e dos usuários.
- 3.1.8 APROVAR o cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO.
- 3.1.9 Avaliar a aptidão da CONCESSIONÁRIA para, na hipótese prevista na Cláusula 49.4 do CONTRATO, iniciar a FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL sem a necessidade de supervisão técnica do OPERADOR SUBCONTRATADO e emitir APROVAÇÃO acerca do tema;
- 3.1.10 Atuar em processos de adição de INFRAESTRUTURA INCORPORADA ao objeto da CONCESSÃO, especificamente quanto tal adição envolver a implantação de SISTEMAS pelo PODER CONCEDENTE ou TERCEIRO INTERESSADO, realizando, em especial, as seguintes atividades, dentre outras previstas no CONTRATO:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- (i) Vistoriar os SISTEMAS implantados, após sua conclusão, e identificar eventuais defeitos, vícios ou desconformidades nas obras em relação aos projetos aprovados; e
 - (ii) Emitir TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA INFRAESTRUTURA INCORPORADA, quando o caso, e do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA INFRAESTRUTURA INCORPORADA.
- 3.1.11 Atuar no processo de recebimento das INTERVENÇÕES, especificamente quando a INTERVENÇÃO envolver a implantação de SISTEMAS pelo PODER CONCEDENTE, direta ou indiretamente, desempenhando as atribuições previstas no ANEXO II.D do CONTRATO;
- 3.1.12 Analisar e se manifestar sobre o PLANO DE REASSENTAMENTO encaminhado pela CONCESSIONÁRIA, bem como avaliar eventual nova estimativa de custo para promoção das ações de reassentamento após a realização do cadastro das famílias a serem reassentadas, nos termos da Cláusula 57 do CONTRATO;
- 3.1.13 Acompanhar a execução de ações de reassentamento pela CONCESSIONÁRIA, bem como eventual plano de reassentamento apresentado pelo PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 57;
- 3.1.14 Estabelecer programa de acompanhamento e auditoria da prestação dos SERVIÇOS, baseado no PLANO DE INVESTIMENTOS e no ANEXO IV.A;
- 3.1.14.1 Estabelecer, na prestação dos SERVIÇOS, programa de verificação da implementação inicial das medidas previstas no PLANO DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE EVASÃO DE RECEITA, ficando o monitoramento da manutenção do plano, após a implementação inicial, a cargo do VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos do item 4.4.3.
- 3.1.15 Acompanhar a TRANSIÇÃO OPERACIONAL, avaliar o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das condições para emissão do TERMO DE ENTREGA DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE;
- 3.1.16 Emitir relatórios de conformidade quanto ao cumprimento das normativas aplicáveis, para subsidiar as APROVAÇÕES, relatórios técnicos e demais exigências constantes do CONTRATO;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 3.1.17 Avaliar, em 15 (quinze) dias, a documentação apresentada pela CONCESSIONÁRIA a respeito da ocorrência dos eventos de risco compartilhado, conforme Cláusula 28.1.4.4 do CONTRATO, e analisar eventuais apontamentos feitos pelas PARTES sobre o tema;
 - 3.1.18 Acompanhar a situação geotecnológica da ÁREA DA CONCESSÃO durante a execução dos EMPREENDIMENTOS, devendo analisar eventuais apontamentos feitos pelas PARTES sobre o tema;
 - 3.1.19 Acompanhar a situação física, jurídica e administrativa dos achados históricos, arqueológicos ou paleontológicos e INTERFERÊNCIAS durante a execução dos EMPREENDIMENTOS, devendo analisar eventuais apontamentos feitos pelas PARTES sobre o tema;
 - 3.1.20 Avaliar o cumprimento dos pré-requisitos de formação dos profissionais da CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO III.B;
 - 3.1.21 Avaliar o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, dos requisitos ambientais e sociais previstos CONTRATO e no ANEXO IV.A e IV.B, indicar ações corretivas – quando aplicável –, bem como monitorar e revisar a execução destas ações, pela CONCESSIONÁRIA, até o completo atendimento;
 - 3.1.22 Receber e avaliar os relatórios relativos ao Anexo IV.A, nos termos da Cláusula 60.9 do CONTRATO;
 - 3.1.23 Avaliar o SGASSAS; e
 - 3.1.24 Aprovar o ESIA.
- 3.2 A atuação do AUDITOR INDEPENDENTE ocorrerá por escopo, em momentos e períodos distintos, devendo:
- 3.2.1 Ter início em até 60 (sessenta) dias, contados da DATA DE ASSINATURA, e perdurar até que se completem os trabalhos relativos ao último EMPREENDIMENTO e à última INTERVENÇÃO, observado o item 5.10.1;
 - 3.2.2 Ser retomada em casos pontuais e eventuais de inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, de INVESTIMENTOS CONTINGENTES ou da INFRAESTRUTURA INCORPORADA – caso envolvam implantação de SISTEMAS ou aquisição de MATERIAL RODANTE – bem como de desempenho da atribuição referida no

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

item 3.1.16, se e quando o caso; e

- 3.2.3 Ser retomada nas atividades de desmobilização, para reversão da CONCESSÃO ao PODER CONCEDENTE, perdurando até que se complete esta etapa.
- 3.2.4 Caso, no decorrer do CONTRATO e fora dos momentos e períodos acima citados, surjam questões que demandem pronunciamento do AUDITOR INDEPENDENTE, a CONCESSIONÁRIA providenciará sua contratação para atuação na questão específica, com base nas regras deste ANEXO.
- 3.2.5 Os momentos e períodos indicados no item 3.2 representam o mínimo que deverá ser observado pela CONCESSIONÁRIA na contratação do AUDITOR INDEPENDENTE, podendo a CONCESSIONÁRIA, a seu critério, manter a contratação do AUDITOR INDEPENDENTE por períodos superiores, ou mesmo em caráter permanente.

3.3 O AUDITOR INDEPENDENTE deverá:

- 3.3.1 Cumprir suas obrigações descritas no CONTRATO e nos ANEXOS;
- 3.3.2 Dispor de um sistema informatizado em plena operação em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades a seu cargo, com o monitoramento e fiscalização da implantação dos EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE, para suporte executivo à gestão dos serviços relacionados que represente, a cada instante e de maneira compreensível e eficaz, o real estado do andamento dos EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE e das INTERVENÇÕES, incluindo serviços de fabricação, instalação e testes de equipamentos, de sistemas e de aquisição e remobilização de MATERIAL RODANTE. Esse sistema deve atender ambiente web para ser operado pelo AUDITOR INDEPENDENTE e irrestritamente acessado para consulta pelo PODER CONCEDENTE e pela CONCESSIONÁRIA; e
- 3.3.3 Seguir as melhores práticas de acompanhamento do *Project Management Institute - PMI®* no desenvolvimento de suas atividades. Para tanto deverá, obrigatoriamente, apresentar todos os modelos e metodologias para acompanhamento da implantação de SISTEMAS e aquisição de MATERIAL RODANTE, tendo como referencial o PMBook, com certificação válida e adequada, ou profissional habilitado em gestão de projetos (pós-graduado/mestrado/doutorado) em instituição reconhecida e com certificação válida e adequada. Todo o acompanhamento tecnológico dos EMPREENDIMENTOS SISTEMAS E MATERIAL RODANTE e das INTERVENÇÕES,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

deverá ser monitorado e controlado por profissional com as características acima, sem prejuízo do regular exercício do PODER CONCEDENTE na ampla e completa fiscalização do CONTRATO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

4. ATRIBUIÇÕES, ATUAÇÃO E OBRIGAÇÕES DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

- 4.1 Compete ao VERIFICADOR INDEPENDENTE avaliar o desempenho da CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS e cumprimento dos Padrões de Desempenho da IFC, verificando o grau de atingimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, na forma prevista no CONTRATO e em seu ANEXO III.D e, no que couber, no ANEXO III.A, bem como ANEXO IV.A e seus apensos.
- 4.2 Para o desempenho de suas funções, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá coletar as informações necessárias à apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, inclusive por meio de medições de campo e inspeções *in loco*, para, a partir destas informações, elaborar relatórios e laudos técnicos com a apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, devendo ter, para tanto, acesso a toda a base de dados e informações necessárias sobre a CONCESSÃO, conforme item 2.1, promovendo a integração das equipes das PARTES e alinhamento em relação às melhores práticas a serem adotadas no acompanhamento e conferência dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 4.3 Competirá ao VERIFICADOR INDEPENDENTE:
- 4.3.1 Proceder à aferição mensal dos períodos de pico com base no carregamento do mês anterior, ou em outra periodicidade acordada entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, destacando-os em forma gráfica, observado o ANEXO III.A do CONTRATO, em especial seu item 4.3.4, Parte I, e apresentando os resultados;
- 4.3.2 O VERIFICADOR INDEPENDENTE também poderá, quando o caso, exigir o envio de informações pela CONCESSIONÁRIA, conforme previsto no CONTRATO.
- 4.4 O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá homologar: (a) o SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO E OPERAÇÃO (SIGO) de que trata o item 6.3, Parte I, do ANEXO III.A do CONTRATO; (b) o Sistema Informatizado de Gestão de Manutenção – CMMS, de que trata o ANEXO III.A do CONTRATO; e (c) quando solicitado pelo PODER CONCEDENTE: (i) realizar auditorias nos dados provenientes do sistema de arrecadação dos SERVIÇOS, no que se refere à movimentação de passageiros nas estações e transferências, sem realizar atividades expressamente alocadas ao AUDITOR INDEPENDENTE; e (ii) auditar, a qualquer tempo, a execução dos PLANOS OPERACIONAIS e PLANOS DE MANUTENÇÃO e suas revisões, conforme indicado no ANEXO III.A do CONTRATO.
- 4.4.1 A CONCESSIONÁRIA e o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverão concatenar a elaboração, homologação e implantação dos sistemas SIGO e CMMS de modo que atendam à sua implantação no início da FASE DE OPERAÇÃO COMERCIAL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

conforme previsto nos anexos III.A e III.D do CONTRATO;

- 4.4.1.1 Na sequência lógica de elaboração, homologação e implantação, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá ter, no mínimo, 30 (trinta) dias para o processo de homologação de modo que a sua implantação ocorra até o final FASE PRÉ-OPERACIONAL.
- 4.4.2 O VERIFICADOR INDEPENDENTE também deverá estabelecer, na prestação dos SERVIÇOS, o acompanhamento e monitoramento relativamente à eficácia do PLANO DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE EVASÃO DE RECEITA, sem prejuízo da atribuição do AUDITOR INDEPENDENTE disposta no item 3.1.14.1 desse ANEXO;
- 4.4.3 Competirá, ainda, ao VERIFICADOR INDEPENDENTE acompanhar e avaliar as metas e resultados obtidos pela CONCESSIONÁRIA na execução do PLANO DE MONITORAMENTO, PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE EVASÃO DE RECEITA, complementarmente à auditoria e fiscalização do seu cumprimento pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do item 12.2.6.1, Parte I, do ANEXO III.A.
- 4.5 O PODER CONCEDENTE acompanhará o procedimento de mensuração de desempenho realizado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, por meio de auditorias e/ou do APOIO TÉCNICO, e poderá realizar visitas técnicas ou solicitações de quaisquer informações concernentes ao procedimento de mensuração.
- 4.6 Durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, o VERIFICADOR INDEPENDENTE aferirá mensalmente os INDICADORES DE DESEMPENHO da operação da CPTM, como se CONCESSIONÁRIA fosse, com o objetivo de conferir ao AUDITOR INDEPENDENTE e ao PODER CONCEDENTE parâmetro objetivo do nível de prestação dos SERVIÇOS pelo ESTADO.
 - 4.6.1 Conforme indicado no ANEXO III.B, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá utilizar os dados coletados durante esse período para realizar o a parametrização dos INDICADORES DE DESEMPENHO (“baseline”), conforme definido e especificado no ANEXO III.B.
 - 4.6.2 Ao final da FASE PRÉ-OPERACIONAL, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá emitir um relatório detalhado sobre (i) o desempenho da CPTM no período; e (ii) a metodologia de parametrização dos INDICADORES DE DESEMPENHO (“baseline”).
 - 4.6.2.1 No relatório do item acima, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá apresentar o nível de serviço médio da CPTM, durante o período

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

analisado, para cada INDICADOR DE DESEMPENHO e geral para que seja considerado o nível de serviço mínimo a ser atingido pela CONCESSIONÁRIA na OPERAÇÃO ASSISTIDA e metodologia utilizada para a parametrização dos INDICADORES DE DESEMPENHO, justificando suas opções metodológicas e realizando eventuais observações que considere necessárias.

4.6.3 Durante a ETAPA DE OPERAÇÃO ASSISTIDA, o VERIFICADOR INDEPENDENTE aferirá os INDICADORES DE DESEMPENHO dos SERVIÇOS, agora operados pela CONCESSIONÁRIA, com o objetivo de verificar o nível de serviço prestado pela CONCESSIONÁRIA.

4.6.3.1 Em até 15 (quinze) dias da solicitação do AUDITOR INDEPENDENTE, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá apresentar relatório sobre o período analisado.

4.6.3.2 No relatório do item acima, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá apresentar o nível de serviço médio da CONCESSIONÁRIA, para cada INDICADOR DE DESEMPENHO e geral, com a comparação dos valores aferidos pela CPTM e o INDICADORES DE DESEMPENHOS, incluindo observações técnicas relevantes que devem ser consideradas para a avaliação e comparação.

4.7 Trimestralmente, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá emitir Relatório Socioambiental acerca do atendimento aos PADRÕES DE DESEMPENHO da IFC, que ateste o cumprimento de todos os PADRÕES DE DESEMPENHO da IFC, incluindo as providências que não são expressamente exigidas em legislação ambiental, e os enviará ao AUDITOR INDEPENDENTE.

4.7.1 Nos casos de identificação de passivos e/ou não conformidades, as alternativas e recomendações de propostas de saneamento pelo AUDITOR INDEPENDENTE não serão de observância obrigatória pela CONCESSIONÁRIA, a quem incumbirá a prerrogativa de eleger a forma que reputar mais eficiente para superar as não conformidades apontadas.

4.7.2 Caso o AUDITOR INDEPENDENTE verifique a manutenção dos passivos ou não conformidades ou o descumprimento ou cumprimento extemporâneo dos PADRÕES DE DESEMPENHO da IFC, devidamente atestado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, ele deverá emitir recomendação ao PODER CONCEDENTE pela aplicação de multa ou reequilíbrio econômico financeiro, conforme o caso.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

5. ATRIBUIÇÕES, ATUAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO

- 5.1 Sem prejuízo de outras atividades que lhe sejam atribuídas no CONTRATO e nos demais ANEXOS, compete à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO desempenhar as seguintes atribuições:
- 5.1.1 Atuar no processo de acompanhamento da execução e CERTIFICAÇÃO da conclusão da INFRAESTRUTURA A SER CONSTRUÍDA, realizando, em especial, as seguintes atividades, dentre outras previstas no CONTRATO e nos seus demais ANEXOS, especialmente nos ANEXOS II.G e X:
- 5.1.1.1 Avaliar os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS elaborados pela CONCESSIONÁRIA para os EMPREENDIMENTOS OBRA e emitir laudo ou relatório técnico de CERTIFICAÇÃO a respeito do tema e analisar eventuais apontamentos feitos pelas PARTES acerca dos CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS;
- 5.1.1.2 Avaliar (a) os PROJETOS/CONCEITUAIS/REFERENCIAIS; (b) os documentos constantes do ANEXO XII, bem como avaliar os PROJETOS BÁSICOS e os PROJETOS EXECUTIVOS elaborados pela CONCESSIONÁRIA para os EMPREENDIMENTOS OBRA e, por meio de laudos ou relatórios técnicos: (a) atestar a conformidade dos projetos, e emitir CERTIFICAÇÃO; ou (b) em caso de não conformidade, descrever as inconformidades e as alternativas para saneamento, devendo ainda reavaliar os projetos ajustados e analisar eventuais apontamentos feitos pelas PARTES acerca dos PROJETOS BÁSICOS e PROJETOS EXECUTIVOS;
- 5.1.1.3 Aferir o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das etapas de execução dos EMPREENDIMENTOS OBRAS e das especificações técnicas constantes do CONTRATO e de seus ANEXOS, das normas nacionais e internacionais, assim como das técnicas e métodos aplicáveis, e, por meio de relatórios técnicos: (a) atestar a conformidade dos EMPREENDIMENTOS OBRAS e emitir correspondente CERTIFICAÇÃO, levando-se em conta eventuais apontamentos feitos pelas PARTES; ou (b) em caso de não conformidade, descrever as inconformidades e as alternativas para saneamento, devendo ainda reavaliar as obras refeitas. Neste caso, as alternativas propostas pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO visando à solução das não conformidades identificadas não serão de observância obrigatória pela CONCESSIONÁRIA, a quem incumbirá a prerrogativa de eleger a forma que reputar mais eficiente para superar as não conformidades

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

apontadas;

- 5.1.1.4 Acompanhar o andamento dos EMPREENDIMENTOS OBRAS, vistoriar as obras, indicar eventuais correções a serem feitas pela CONCESSIONÁRIA e emitir laudos técnicos de CERTIFICAÇÃO, bem como laudos intermediários, quando solicitados pelo PODER CONCEDENTE ou na entrega preliminar de equipamentos e/ou obras, apontando eventuais passivos e/ou não conformidades, bem como sugerindo, conforme o caso, as providências, que seriam necessárias ao seu saneamento. As alternativas propostas pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO visando ao saneamento dos temas citados não serão de observância obrigatória pela CONCESSIONÁRIA, a quem incumbirá a prerrogativa de eleger a forma que reputar mais eficiente para realizar o saneamento necessário;
- 5.1.1.5 Avaliar se os PROJETOS BÁSICOS obedecem às obrigações e diretrizes mandatárias constantes do ANEXO II, e se os PROJETOS EXECUTIVOS atendem aos PROJETOS BÁSICOS; e
- i. A CONCESSIONÁRIA poderá submeter os PROJETOS EXECUTIVOS com alterações em relação às diretrizes dos PROJETOS BÁSICOS, para tanto, deverá (i) destacar essas alterações em seção específica do PROJETO submetido à CERTIFICAÇÃO; (ii) justificar a necessidade de alterações; e (iii) observar as diretrizes do procedimento de CERTIFICAÇÃO das propostas de alterações da CONCESSIONÁRIA do item 1.7 do ANEXO II.G.
 - ii. A CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO avaliará a proposição da CONCESSIONÁRIA e certificará o PROJETO com as alterações se considerar que atende os requisitos técnicos e contratuais, inclusive os do item acima, devendo encaminhá-lo para a não objeção do PODER CONCEDENTE conforme trâmite do ANEXO II.G.
 - iii. Caso o PROJETO com a proposta de alterações pela CONCESSIONÁRIA não obtenha a CERTIFICAÇÃO ou seja totalmente objetado, ela deverá apresentar novo projeto para CERTIFICAÇÃO seguindo as diretrizes do respectivo PROJETO BÁSICO, que tenha sido certificado, em até 15 (quinze) dias.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 5.1.1.6 Avaliar o cumprimento dos EVENTOS DE PAGAMENTO, quando referentes a EMPREENDIMENTOS OBRAS, necessários ao pagamento do APORTE e analisar os documentos de medição, na proporção das etapas efetivamente executadas, enviados pela CONCESSIONÁRIA.
- 5.1.2 Atuar em processos de adição de INFRAESTRUTURA INCORPORADA ao objeto da CONCESSÃO, realizando, em especial, as seguintes atividades, dentre outras previstas no CONTRATO:
- (i) Avaliar projetos e documentação técnica encaminhados pelo PODER CONCEDENTE ou por TERCEIRO INTERESSADO;
 - (ii) Acompanhar a execução de obras de eventual INFRAESTRUTURA INCORPORADA;
 - (iii) Vistoriar as obras de eventual INFRAESTRUTURA INCORPORADA, após sua conclusão, e identificar eventuais defeitos, vícios ou desconformidades nas obras em relação aos projetos aprovados; e
 - (iv) Emitir TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA INFRAESTRUTURA INCORPORADA, quando o caso, e TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DA INFRAESTRUTURA INCORPORADA.
- 5.1.2.1 As atividades descritas nos incisos (ii), (iii) e (iv) do item 5.1.2 não contemplam o acompanhamento e vistoria da implantação de SISTEMAS, visto que se trata de responsabilidade do AUDITOR INDEPENDENTE, nos termos do item 3.1.10.
- 5.1.3 Atuar no processo de recebimento das INTERVENÇÕES sob responsabilidade do PODER CONCEDENTE, desempenhando as atribuições previstas no ANEXO II.G do CONTRATO e respeitado o escopo do AUDITOR INDEPENDENTE, nos termos do item 3.1.11;
- 5.1.4 Analisar e se manifestar sobre o PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO, OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA E SERVIDÃO ADMINISTRATIVA;
- 5.1.5 Emitir relatórios de conformidade quanto ao cumprimento das normativas aplicáveis, para subsidiar as CERTIFICAÇÕES, relatórios técnicos e demais exigências constantes do CONTRATO, bem como as admissões de INVESTIMENTOS CONTINGENTES e de INVESTIMENTOS ADICIONAIS e os atos de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

delegação aplicáveis;

- 5.1.6 Analisar a proposta de INVESTIMENTOS ADICIONAIS apresentada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 43 do CONTRATO, e emitir CERTIFICAÇÃO a respeito do tema; e
- 5.1.7 Certificar que os EMPREENDIMENTOS executados pela CONCESSIONÁRIA atendem aos requisitos de acessibilidade previstos no ANEXO II.A.
- 5.2 A atuação da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ocorrerá por escopo, em momentos e períodos distintos, devendo:
 - 5.2.1 Ter início em até 60 (sessenta) dias, contados do início da DATA DE ASSINATURA, e perdurar até que se completem os trabalhos relativos ao último EMPREENDIMENTO e à última INTERVENÇÃO; e
 - 5.2.2 Ser retomada em casos pontuais e eventuais de inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, de INVESTIMENTOS CONTINGENTES ou da INFRAESTRUTURA INCORPORADA.
 - 5.2.3 Os momentos e períodos indicados no item 5.2 representam o mínimo que deverá ser observado pela CONCESSIONÁRIA na contratação da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, podendo a CONCESSIONÁRIA, a seu critério, manter a contratação da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO por períodos superiores, ou mesmo em caráter permanente.
- 5.3 A CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO deverá:
 - 5.3.1 Cumprir suas obrigações descritas no CONTRATO e nos ANEXOS;
 - 5.3.2 Dispor de um sistema informatizado em plena operação em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades a seu cargo, com o monitoramento e fiscalização da implantação dos EMPREENDIMENTOS OBRAS e das INTERVENÇÕES, para suporte executivo à gestão dos serviços relacionados que represente, a cada instante e de maneira compreensível e eficaz, o real estado do andamento dos EMPREENDIMENTOS e das INTERVENÇÕES, incluindo serviços de obras, projeto, fabricação, instalação e testes de equipamentos. Esse sistema deve atender ambiente web para ser operado pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e irrestritamente acessado para consulta pelo PODER CONCEDENTE e pela CONCESSIONÁRIA; e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 5.3.3 Seguir as melhores práticas de acompanhamento do *Project Management Institute - PMI®* no desenvolvimento de suas atividades. Para tanto deverá, obrigatoriamente, apresentar todos os modelos e metodologias para acompanhamento dos EMPREENDIMENTOS e das INTERVENÇÕES, tendo como referencial o PMBook, com certificação válida e adequada, ou profissional habilitado em gestão de projetos (pós-graduado/mestrado/doutorado) em instituição reconhecida e com certificação válida e adequada. Todo o acompanhamento tecnológico dos EMPREENDIMENTOS e das INTERVENÇÕES deverá ser monitorado e controlado por profissional com as características acima, sem prejuízo do regular exercício do PODER CONCEDENTE na ampla e completa fiscalização do CONTRATO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

6. ATRIBUIÇÕES, ATUAÇÃO E OBRIGAÇÕES DO APOIO TÉCNICO

- 6.1 O APOIO TÉCNICO atuará na CONCESSÃO como agente de apoio técnico e tecnológico ao PODER CONCEDENTE, subsidiando-o no processo de tomada de decisões e no monitoramento e fiscalização quanto ao cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da regulação, dos normativos e das especificações contratuais que lhe sejam aplicáveis.
- 6.2 Sem prejuízo de outras atividades que lhe sejam atribuídas no CONTRATO e nos demais ANEXOS, compete ao APOIO TÉCNICO desempenhar as seguintes atribuições:
- 6.2.1 Elaborar relatórios técnicos para subsidiar o processo de tomada de decisão do PODER CONCEDENTE, conforme sua solicitação, inclusive nas manifestações de não objeção previstas no CONTRATO, em seus ANEXOS e nas análises de manifestações do AUDITOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do VERIFICADOR INDEPENDENTE, ainda que não haja menção expressa ao APOIO TÉCNICO nas disposições sobre a atuação do PODER CONCEDENTE no CONTRATO e em seus ANEXOS;
 - 6.2.2 Apoiar a CMCP e o COMITÊ DE CONVIVÊNCIA em seus processos de tomada de decisão;
 - 6.2.3 Avaliar CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS, PROJETOS BÁSICOS e PROJETOS EXECUTIVOS, acompanhar o INVENTÁRIO, os EMPREENDIMENTOS, as INTERVENÇÕES, os INVESTIMENTOS ADICIONAIS e os INVESTIMENTOS CONTINGENTES, com emissão de relatórios e laudos de conformidade, subsidiando o PODER CONCEDENTE nos processos de tomada de decisão;
 - 6.2.4 Subsidiar o PODER CONCEDENTE, com relatórios técnicos, na análise de propostas alternativas dos EMPREENDIMENTOS, devendo tais propostas estar acompanhadas, também, de laudo da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO;
 - 6.2.5 Elaborar relatórios de conformidade quanto ao cumprimento das normativas, dos regramentos contratuais, de eventuais atos de delegação e de admissão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS e de INVESTIMENTOS CONTINGENTES, para subsidiar o processo de tomada de decisão do PODER CONCEDENTE;
 - 6.2.6 Elaborar relatórios de análise contábil, de regularidade fiscal e de conformidade das demonstrações de resultados, dentre outras análises fiscais e contábeis; e
 - 6.2.7 Acompanhar a reposição, pela CONCESSIONÁRIA, de BENS INTEGRANTES

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

alienados ou substituídos, emitindo relatório quanto à conformidade da reposição, quando necessária nos termos do CONTRATO e dos ANEXOS.

- 6.3 O atraso por parte do APOIO TÉCNICO na entrega de relatórios, laudos, pareceres e quaisquer subsídios solicitados pelo PODER CONCEDENTE para tomar decisão quanto a uma ou mais questões não exime o PODER CONCEDENTE de cumprir seus prazos de aprovação, não objeção ou deliberação aplicáveis, assumindo o PODER CONCEDENTE eventuais consequências aplicáveis à não manifestação dentro do respectivo prazo.
- 6.4 A atuação do APOIO TÉCNICO ocorrerá durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, com início em até 60 (sessenta) dias contados da DATA DE ASSINATURA.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

7. DISPOSIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE, DO VERIFICADOR INDEPENDENTE, DA CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO E DO APOIO TÉCNICO

- 7.1 A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para prévia homologação pelo PODER CONCEDENTE, em até 15 (quinze) dias corridos contados da DATA DE ASSINATURA, em documentos apartados, lista contendo pelo menos 3 (três) empresas ou consórcios de empresas para as funções de AUDITOR INDEPENDENTE, VERIFICADOR INDEPENDENTE e APOIO TÉCNICO, devendo estas reunir as condições mínimas previstas no item 8 deste ANEXO.
- 7.1.1 A contratação do APOIO TÉCNICO, do AUDITOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA e do VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá ser concluída em até 60 (sessenta) dias contados a partir da DATA DE ASSINATURA.
- 7.2 Com relação à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA poderá apresentar apenas 1 (uma) empresa ou consórcio de empresas para homologação pelo PODER CONCEDENTE, no prazo de 15 (quinze) dias corridos da DATA DE ASSINATURA.
- 7.2.1 Considerando o prazo de início da atuação da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, a sua contratação deverá ser concluída em até 60 (sessenta) dias do início da FASE OPERAÇÃO.
- 7.3 A CONCESSIONÁRIA poderá indicar uma mesma empresa ou consórcio de empresas para compor, simultaneamente, as listas daquelas destinadas a exercer as funções de AUDITOR INDEPENDENTE, CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e de VERIFICADOR INDEPENDENTE. O APOIO TÉCNICO deverá ser prestado, necessariamente, por empresa ou consórcio de empresas que não tenha constado das listas encaminhadas para exercer(em) as atribuições de AUDITOR INDEPENDENTE, CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e de VERIFICADOR INDEPENDENTE.
- 7.4 Para comprovação do atendimento aos requisitos do item 8 deste ANEXO para o AUDITOR INDEPENDENTE, o VERIFICADOR INDEPENDENTE, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e o APOIO TÉCNICO referentes à equipe técnica, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, conjuntamente às listas, documento demonstrando que as empresas indicadas possuem, em seu corpo técnico, profissionais que atendam aos parâmetros mínimos estabelecidos no item 8 deste ANEXO, aplicando-se, para tanto, o disposto na Súmula 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 7.4.1 O PODER CONCEDENTE irá avaliar a documentação de qualificação e currículos dos membros indicados para participar do corpo técnico, e apresentará em até

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

5 (cinco) dias úteis o seu juízo quanto à não-objeção a que figurem nas listas.

- 7.5 O PODER CONCEDENTE deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da apresentação da lista pela CONCESSIONÁRIA, nos termos dos itens 7.1 e 7.3 deste ANEXO, homologar as empresas e/ou consórcio de empresas indicadas que atendam às exigências constantes do item 8 deste ANEXO.
- 7.5.1 O PODER CONCEDENTE poderá, de forma justificada, excluir da seleção empresas e/ou consórcio de empresas que possivelmente tenham conflitos de interesse com a prestação dos SERVIÇOS, que possam comprometer sua independência e imparcialidade.
- 7.5.2 Caso o PODER CONCEDENTE rejeite, integralmente, alguma das listas de empresas ou consórcio de empresas apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, ou todas elas, ou, ainda, homologue menos que 03 (três) empresas ou consórcio de empresas em cada lista, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar outra(s) lista(s) com indicações complementares, e assim sucessivamente, até que o PODER CONCEDENTE realize a homologação de um número mínimo de 03 (três) empresas ou consórcio de empresas em cada lista indicada pela CONCESSIONÁRIA, para desempenho das funções de AUDITOR INDEPENDENTE, VERIFICADOR INDEPENDENTE e APOIO TÉCNICO, recontando-se os prazos inicialmente estabelecidos neste item 7 a partir da rejeição do PODER CONCEDENTE.
- 7.5.3 Relativamente à função de CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, o PODER CONCEDENTE deverá homologar pelo menos 01 (uma) empresa ou consórcio de empresas, recontando-se os prazos inicialmente estabelecidos neste item 7 a partir da rejeição do PODER CONCEDENTE.
- 7.5.4 A rejeição pelo PODER CONCEDENTE da(s) empresa(s)/consórcio(s) constantes da(s) lista(s) apresentadas pela CONCESSIONÁRIA deverá ocorrer sempre de maneira motivada e fundamentada, mediante a indicação do requisito previsto no item 8 deste ANEXO que não tenha sido atendido pela(s) empresa(s)/consórcio(s) indicados pela CONCESSIONÁRIA.
- 7.5.5 Caso sejam homologadas ao menos 03 (três) empresas ou consórcio de empresas em cada uma das listas, ou pelo menos 01 (uma) no caso da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, considerando, inclusive, eventuais indicações complementares que se façam necessárias, o PODER CONCEDENTE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da homologação mínima exigida, eleger, em cada lista, uma das empresas ou consórcio de empresas homologadas para que seja contratada pela CONCESSIONÁRIA nas respectivas funções de VERIFICADOR INDEPENDENTE, AUDITOR INDEPENDENTE, CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou APOIO TÉCNICO, ainda que o contrato preveja início de sua eficácia apenas a partir dos marcos temporais estabelecidos nos itens 3.2.1, 4.6, 5.2.1 e 6.4 deste ANEXO.

7.5.5.1 A escolha do PODER CONCEDENTE deverá ser feita de acordo com normatização a ser por ele fixada, definindo critérios específicos para a escolha, a qual deverá contemplar, dentre os critérios possíveis de escolha, a realização de sorteio com a participação das PARTES.

7.5.5.2 Caso inexista a normatização prevista no item 7.5.5.1 deste ANEXO no momento da escolha do PODER CONCEDENTE, a eleição será feita por sorteio, em procedimento público a ser realizado em data previamente publicada no Diário Oficial do Estado, para o qual será convidada a CONCESSIONÁRIA.

7.5.6 Caso o PODER CONCEDENTE não se manifeste no prazo estipulado no item 7.5.5 deste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA fica autorizada a selecionar e contratar uma das empresas ou consórcio de empresas que foram homologadas pelo PODER CONCEDENTE, no prazo de até 5 (cinco) dias contados do esgotamento do prazo previsto no item 7.5.5 deste ANEXO, tendo o PODER CONCEDENTE a prerrogativa de exercer o direito previsto no item 7.13 deste ANEXO.

7.6 A CONCESSIONÁRIA não estará sujeita às penalidades decorrentes da não contratação do AUDITOR INDEPENDENTE, do VERIFICADOR INDEPENDENTE e/ ou do APOIO TÉCNICO até que se dê a manifestação do PODER CONCEDENTE, aludida no item 7.5.5 deste ANEXO, ressalvado o disposto no item 7.5.6 deste ANEXO.

7.7 Poderá ser aplicada penalidade à CONCESSIONÁRIA quando for demonstrado que a necessidade de reiteradas indicações complementares, motivada pelas sucessivas indicações que não satisfaçam aos requisitos dispostos nos itens 7.5.5 e 8 deste ANEXO, e que, portanto, inviabilizem o atendimento do número mínimo exigido de empresas ou consórcio de empresas homologadas, tenha decorrido de conduta de má-fé, dolo ou culpa da CONCESSIONÁRIA, apurada após regular procedimento administrativo, buscando adiar o início do prazo que lhe cabe para realizar contratação de cada função aludida neste ANEXO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 7.8 O PODER CONCEDENTE constará como interveniente dos contratos a serem firmados em decorrência deste ANEXO.
- 7.9 Os contratos contarão com Cláusula disciplinando a aplicação de multa no valor de R\$ [--], caso o AUDITOR INDEPENDENTE, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, o VERIFICADOR INDEPENDENTE ou o APOIO TÉCNICO deixem de cumprir com os prazos e obrigações estipuladas no CONTRATO ou as determinações do PODER CONCEDENTE.
- 7.9.1 Caso identificada alguma das infrações mencionadas acima, a CONCESSIONÁRIA deverá notificar o PODER CONCEDENTE e o respectivo agente infrator com o objetivo de advertir a conduta e evitar o inadimplemento ou demanda a correção da conduta.
- 7.9.1.1 Não corrigida a conduta ou efetivado o inadimplemento, a CONCESSIONÁRIA poderá enviar a notificação de multa mencionada no item 7.9 para o agente infrator e para o PODER CONCEDENTE, que executará a retenção dos valores, conforme o item **Error! Reference source not found..**
- 7.9.1.2 O PODER CONCEDENTE poderá exigir que a CONCESSIONÁRIA aplique advertência ou multa caso identifique alguma infração contratual por parte dos agentes mencionados.
- 7.9.2 Após o encerramento das possibilidades recursais contratuais, o valor retido será transferido para a CONTA CENTRALIZADORA e deduzido da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXA seguinte a ser paga pelo PODER CONCEDENTE.
- 7.10 Após avaliação dos contratos do AUDITOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, do VERIFICADOR INDEPENDENTE e do APOIO TÉCNICO, a serem firmados em face da observância das exigências fixadas neste ANEXO e no CONTRATO, o PODER CONCEDENTE emitirá, em até 5 (cinco) dias úteis, a correspondente não objeção.
- 7.11 Ainda que os contratos não sejam firmados no prazo previsto nos itens 7.1 e 7.2 deste ANEXO, não importando se por fato imputável ao PODER CONCEDENTE ou à CONCESSIONÁRIA, ou a ambos, os EMPREENDIMENTOS deverão ter sua execução continuada conforme os CRONOGRAMAS FÍSICO-EXECUTIVOS.
- 7.11.1 Materializado o atraso na contratação por fato imputável exclusivamente ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA não deverá ser responsabilizada por eventual atraso na CERTIFICAÇÃO das obras entregues ou não verificação dos INDICADORES DE DESEMPENHO, aplicando-se a disciplina na Cláusula 23.4.3 do

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

CONTRATO aos INDICADORES DE DESEMPENHO, e devendo as PARTES certificar as questões relativas à execução da obra, sem prejuízo de, na hipótese de qualquer divergência, ser acionado os mecanismos de resolução de disputas previstos no CAPÍTULO XXV do CONTRATO.

- 7.12 No prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura dos respectivos contratos, o AUDITOR INDEPENDENTE, o VERIFICADOR INDEPENDENTE, a CONCESSIONÁRIA e o APOIO TÉCNICO deverão apresentar plano de trabalho, que será analisado pelo PODER CONCEDENTE no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para verificar a sua compatibilidade com as diretrizes previstas no CONTRATO e nos ANEXOS.
- 7.12.1 O plano de trabalho a ser apresentado pelo AUDITOR INDEPENDENTE deverá contemplar a metodologia a ser aplicada na condução dos trabalhos de APROVAÇÃO e demais atribuições referidas no CONTRATO e em seus ANEXOS.
- 7.12.2 O plano de trabalho a ser apresentado pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO deverá contemplar a metodologia a ser aplicada na condução dos trabalhos de CERTIFICAÇÃO e demais atribuições referidas no CONTRATO e em seus ANEXOS.
- 7.12.3 O plano de trabalho a ser apresentado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá contemplar a metodologia a ser aplicada na aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, tendo como referência o ANEXO III.D do CONTRATO.
- 7.12.4 O plano de trabalho a ser apresentado pelo APOIO TÉCNICO deverá contemplar a metodologia a ser aplicada para o auxílio técnico e tecnológico ao PODER CONCEDENTE.
- 7.13 O PODER CONCEDENTE terá a prerrogativa de solicitar à CONCESSIONÁRIA que encerre quaisquer dos contratos firmados com o AUDITOR INDEPENDENTE, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, o VERIFICADOR INDEPENDENTE ou com o APOIO TÉCNICO, mediante justificativa técnica e fundamentada, que poderá envolver, dentre outras razões: (i) a constatação da emissão de informações não fidedignas ou de qualidade duvidosa por quem exerça qualquer daquelas funções; ou (ii) a opção do PODER CONCEDENTE pela contratação direta destes agentes.
- 7.13.1 A emissão de informações não fidedignas ou de qualidade duvidosa será constatada, dentre outras hipóteses, quando as APROVAÇÕES, CERTIFICAÇÕES, relatórios e pareceres produzidos pelo AUDITOR INDEPENDENTE, pela CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE ou pelo

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

APOIO TÉCNICO demandem, em média, 2 (duas) ou mais revisões por documento, considerando os documentos emitidos por cada um dos agentes dentro de um período de 3 (três) meses consecutivos.

- 7.13.2 Na hipótese da contratação direta pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do item acima, caberá: (i) notificação à CONCESSIONÁRIA, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, devendo tal prerrogativa constar nos contratos a serem firmados pela CONCESSIONÁRIA com o AUDITOR INDEPENDENTE, com o VERIFICADOR INDEPENDENTE, com a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e com o APOIO TÉCNICO, como cláusula de rescisão; (ii) reequilíbrio econômico-financeiro em favor do PODER CONCEDENTE, tendo por objeto a desoneração da CONCESSIONÁRIA em relação aos custos que serão assumidos pelo PODER CONCEDENTE com a contratação direta, observada a disciplina de reequilíbrio prevista no CONTRATO.
- 7.13.3 Do mesmo modo, a CONCESSIONÁRIA somente poderá substituir o AUDITOR INDEPENDENTE, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e o VERIFICADOR INDEPENDENTE contratados, antes do término da vigência dos contratos, com justificativa técnica e fundamentada ao PODER CONCEDENTE e mediante prévia anuência deste.
- 7.13.4 A CONCESSIONÁRIA somente poderá substituir profissionais integrantes do APOIO TÉCNICO mediante pedido motivado do PODER CONCEDENTE.
- 7.13.5 Nas hipóteses do item 7.13 deste ANEXO, o PODER CONCEDENTE deverá indicar nova empresa ou consórcio de empresas, dentre as opções já homologadas, desde que ainda cumpram os requisitos aqui previstos, assegurando-se o direito da CONCESSIONÁRIA, a seu critério, optar por substituir a lista de empresas, na forma dos itens 7.1 e 7.2 deste ANEXO, contando-se os prazos a partir da determinação do PODER CONCEDENTE de início de novo processo.
- 7.13.6 Caso as demais empresas ou consórcios de empresas indicadas na lista homologada em questão não cumpram mais os requisitos demandados neste ANEXO, deverá ser reiniciado o processo mencionado nos itens 7.1 e 7.2 deste ANEXO, com apresentação de nova lista ao PODER CONCEDENTE.
- 7.13.7 Eventuais custos decorrentes da rescisão de quaisquer dos contratos regulados por este ANEXO deverão ser suportados pela CONCESSIONÁRIA, exceto no caso em que a rescisão decorrer da opção do PODER CONCEDENTE pela contratação direta destes agentes.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 7.13.8 A substituição do AUDITOR INDEPENDENTE, do VERIFICADOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO ou do APOIO TÉCNICO não os exime da(s) responsabilidade(s) que até então tenham assumido.
- 7.14 Os contratos firmados com o AUDITOR INDEPENDENTE, o VERIFICADOR INDEPENDENTE, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e com o APOIO TÉCNICO terão prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis de comum acordo pelas PARTES. Após o término destes contratos, a CONCESSIONÁRIA deverá contratar novas empresas ou consórcios de empresas para exercer tais funções, conforme o caso, devendo as equipes das novas empresas contratadas serem integradas por profissionais distintos daqueles que integraram as equipes do AUDITOR INDEPENDENTE, do VERIFICADOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do APOIO TÉCNICO anteriores.
- 7.14.1 Sem prejuízo do regramento previsto no item anterior, o prazo de vigência do contrato com o AUDITOR INDEPENDENTE e da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO deverá ser suficiente para assegurar a atuação nos momentos indicados nos itens 3.2 e 5.2, considerando que sua atuação ocorrerá por escopo em momentos e períodos distintos, não sendo necessário manter o contrato vigente ao longo de todo o período de vigência do CONTRATO, ressalvando-se o dever da CONCESSIONÁRIA de contratar o AUDITOR INDEPENDENTE e CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO sempre que for necessária a sua atuação, nos termos do CONTRATO e deste ANEXO.
- 7.15 Em até 3 (três) meses antes do término dos contratos celebrados em decorrência deste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA deverá iniciar procedimento de seleção do AUDITOR INDEPENDENTE, do VERIFICADOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e do APOIO TÉCNICO, mediante submissão das empresas selecionadas ao PODER CONCEDENTE:
- 7.15.1 novos AUDITOR INDEPENDENTE e CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, caso não tenha havido até aquela data a finalização dos INVESTIMENTOS e das INTERVENÇÕES, e o respectivo término do escopo de trabalho definido, nos termos deste ANEXO;
- 7.15.2 novo VERIFICADOR INDEPENDENTE, caso até aquela data ainda estejam sendo prestados os SERVIÇOS; e
- 7.15.3 novo APOIO TÉCNICO, caso até aquela data ainda estejam sendo prestados os SERVIÇOS.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 7.15.3.1 A CONCESSIONÁRIA deverá, ainda, atender ao disposto no PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO aprovado pelo PODER CONCEDENTE quanto à contratação de novo AUDITOR INDEPENDENTE para acompanhar a reversão dos BENS INTEGRANTES ao PODER CONCEDENTE, providenciando a contratação de AUDITOR INDEPENDENTE nos termos deste ANEXO e do ANEXO III.G.
- 7.16 Caso a CONCESSIONÁRIA não atenda aos prazos estabelecidos neste ANEXO, estará sujeita às penalidades previstas no CONTRATO e em seu ANEXO V.
- 7.17 O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA poderão solicitar, a qualquer tempo, informações ou esclarecimentos diretamente ao AUDITOR INDEPENDENTE, à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, circunstância em que estes deverão encaminhar quaisquer relatórios, laudos, informações ou esclarecimentos, simultaneamente, a ambas as PARTES, sem ciência ou anuência prévia de qualquer delas, incluindo a própria solicitante do relatório, laudo, informação ou esclarecimento.
- 7.18 Eventual interesse da CONCESSIONÁRIA em rescindir o contrato com o AUDITOR INDEPENDENTE, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, o VERIFICADOR INDEPENDENTE o APOIO TÉCNICO deverá ser submetido previamente à manifestação do PODER CONCEDENTE, com apresentação dos respectivos fundamentos.
- 7.19 Havendo, através do respectivo processo administrativo, a demonstração do envolvimento, em conluio, da CONCESSIONÁRIA, de seus representantes, de seus prepostos e/ou de seus empregados junto ao AUDITOR INDEPENDENTE, à CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e/ou ao APOIO TÉCNICO, visando ao desempenho fraudulento de suas funções e obrigações, segundo o que dispõe o CONTRATO e seus ANEXOS, serão adotadas as cominações cíveis e penais no âmbito judicial e da comunicação obrigatória à entidade credenciadora em relação a todos os envolvidos, assim compreendidos, inclusive, quando envolvidos o AUDITOR INDEPENDENTE, a CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, o VERIFICADOR INDEPENDENTE e/ou o APOIO TÉCNICO, sem prejuízo das sanções administrativas impositivas à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e de seu ANEXO V.
- 7.20 A atuação do AUDITOR INDEPENDENTE, da CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e/ou do VERIFICADOR INDEPENDENTE não exige a CONCESSIONÁRIA, total ou parcialmente, das suas obrigações, tampouco interfere nos riscos por ela assumidos, nos termos do CONTRATO e de seus ANEXOS.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

8. REQUISITOS MÍNIMOS PARA CONTRATAÇÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE, DA CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, DO VERIFICADOR INDEPENDENTE E DO APOIO TÉCNICO

- 8.1 Somente poderão ser homologadas, nos termos do item 7.5 deste ANEXO, e contratadas, quando eleitas pelo PODER CONCEDENTE para desempenharem as funções de AUDITOR INDEPENDENTE, de CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO, de VERIFICADOR INDEPENDENTE e de APOIO TÉCNICO, as empresas e/ou os consórcios de empresas que atenderem aos seguintes requisitos mínimos:
- 8.1.1 Não estar no cumprimento de pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA direta ou indireta do ESTADO, decorrente do artigo 87, inciso III, e do artigo 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, do artigo 156, inciso III da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ou, ainda, do artigo 47 da Lei Federal nº 12.462/2011;
 - 8.1.2 Não ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer ente federativo, conforme previsto no artigo 87, inciso IV, e do artigo 88 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou do artigo 156, inciso IV, da LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS;
 - 8.1.3 Não ter sido condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/1998;
 - 8.1.4 Não ter registro de sanção, com efeito impeditivo de participação em licitação ou de contratação, nos cadastros a que se referem o artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013 e o artigo 37 do Decreto Estadual nº 67.301/2022;
 - 8.1.5 Não ter sido proibida pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, de Lei Federal nº 12.529/2011;
 - 8.1.6 Não estar proibida de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, §8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
 - 8.1.7 Não ter sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

nº 8.429/1992;

- 8.1.8 Não ter sido declarada inidônea para contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;
- 8.1.9 Não ter sido suspensa temporariamente, impedida ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011, e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;
- 8.1.10 Não ser sociedade cooperativa, tendo em vista a vedação constante do § 1º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011;
- 8.1.11 Não estar em situação de insolvência, liquidação, regime de administração especial temporária ou intervenção, ou ainda, ter falência decretada por sentença judicial;
- 8.1.12 Não ser controlada, controladora, e/ou empresas sob controle comum, direta ou indiretamente, nos termos definidos na Lei Federal nº 6.404/1976, e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira da CONCESSIONÁRIA, ou de seus acionistas, assim como não ter participado dos projetos de engenharia e fornecimentos dos equipamentos ou sistemas, como empresa, consórcio ou membro de consórcio, nem ter participado do processo licitatório da CONCESSÃO;
- 8.1.13 Não contar com sócios que tenham participação direta ou indireta na administração ou no quadro societário da CONCESSIONÁRIA;
- 8.1.14 Não possuir, observado o item 8.1.16, entre os membros da equipe técnica vinculada ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO e ao AUDITOR INDEPENDENTE: (a) servidor ou dirigente do órgão/entidade responsável pela gestão ou acompanhamento do CONTRATO; (b) pessoa que tenha sido, no período compreendido entre os últimos 6 (seis) meses contados da data da publicação do EDITAL, até o momento da atuação na referida equipe técnica, servidor ou dirigente do órgão/entidade contratante/responsável pela LICITAÇÃO, ou ainda servidor ou dirigente da CPTM; (c) pessoa que tenha atuado na formulação dos documentos da LICITAÇÃO nos últimos 6 meses contados da publicação do EDITAL; e (d) pessoa que seja ou que tenha sido, no período

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

compreendido entre os últimos 6 (seis) meses contados da data da publicação do EDITAL até o momento da atuação, dirigente, gerente, empregado, contratado terceirizado ou sócio dos acionistas da CONCESSIONÁRIA;

8.1.15 Os requisitos dos itens 8.1.12, 8.1.13, 8.1.14 **Error! Reference source not found.** deste ANEXO deverão ser atendidos, inclusive, por eventuais subcontratados das empresas ou consórcio de empresas contratadas pela CONCESSIONÁRIA para desempenho das funções tratadas neste ANEXO, sendo facultado, ao PODER CONCEDENTE, no caso de desatendimento, o exercício da prerrogativa a que alude ao item 7.13 deste ANEXO.

8.1.16 As restrições previstas nos itens 8.1.14 perdurarão exclusivamente:

- i. para a alínea (a) do item 8.1.14, no prazo de 02 (dois) anos a contar do encerramento de qualquer atividade de gestão ou acompanhamento do CONTRATO;
- ii. para as alíneas (b) e (c) do item 8.1.14, no período de 02 (dois) anos a contar da DATA DE ASSINATURA; e
- iii. para a alínea (d) do item 8.1.14, no prazo de 02 (dois) anos a contar do encerramento do vínculo com a CONCESSIONÁRIA.

8.2 O AUDITOR INDEPENDENTE, o VERIFICADOR INDEPENDENTE e o APOIO TÉCNICO deverão, comprovadamente, ter executado serviços, com experiência mínima de 2 (dois) anos, o que poderá ser comprovado por qualquer documento idôneo, admitindo-se autodeclaração de experiência apenas se acompanhada de documentos capazes de demonstrar a veracidade das informações, com características semelhantes aos seguintes:

8.2.1 No caso do AUDITOR INDEPENDENTE:

- 8.2.1.1 Certificação/verificação/processos de exame e validação de SISTEMAS e MATERIAL RODANTE;
- 8.2.1.2 Gerenciamento;
- 8.2.1.3 Supervisão; e
- 8.2.1.4 Fiscalização e controle.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

8.2.2 No caso do VERIFICADOR INDEPENDENTE:

8.2.2.1 Fiscalização ou verificação independente de projetos qualificáveis, nos termos do artigo 1º, §2º, da Lei Estadual nº 16.933/2019, como um contrato de parceria;

8.2.2.2 Avaliação de indicadores de desempenho; e

8.2.2.3 Fiscalização e controle.

8.2.3 No caso do APOIO TÉCNICO:

8.2.3.1 Monitoramento e acompanhamento de contratos de concessão comum, administrativa ou patrocinada;

8.2.3.2 Acompanhamento de obras;

8.2.3.3 Emissão de relatórios; e

8.2.3.4 Fiscalização e controle.

8.3 A experiência requerida nos itens 8.2.1 a 8.2.3 deste ANEXO poderá ser comprovada pela própria empresa ou consórcio de empresas, ou por profissional técnico especializado.

8.3.1 Os serviços previstos nos itens 8.2.1 a 8.2.3 deste ANEXO deverão ser comprovados em empreendimentos que somados abranjam todas as exigências descritas nos itens citados e totalizem no mínimo o valor de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na DATA BASE. Esse valor será reajustado anualmente pela variação do IPCA ocorrida entre o mês anterior ao da DATA BASE e o mês anterior ao do reajuste.

8.4 A CERTIFICADORA DE IMPLANTAÇÃO deverá ser organismo acreditada pelo INMETRO para inspeção de empreendimentos de infraestrutura, nos termos da Portaria INMETRO nº 367/2017.